7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): *"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"*

Realização: 12-14 de dezembro de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)

**Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa**

# O BRASIL COMO POTÊNCIA SUB-REGIONAL: UMA ANÁLISE DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DURANTE A OPERAÇÃO CONDOR (1969-1985)

Vívian Emanuely Campos Siqueira, pós-graduanda em Relações Internacionais no PPGRI-UEPB

Profª Dra. Cristina Carvalho Pacheco, coordenadora de pós graduação em Relações Internacionais no PPGRI-UEPB

**RESUMO:** Inserida na discussão acerca da Grande Estratégia de Potências Médias (Alsina Jr, 2018; Kassab, 2018; Milani, Nery, 2019; Carvalho, 2021) , essa pesquisa, ainda em seu estágio inicial do mestrado, busca analisar a implementação das ações de Grande Estratégia (GE) pelo Brasil durante a Operação Condor (1975-1985), com foco na relação entre essas ações e o plano "Brasil Potência".

Dessa forma, essa pesquisa busca analisar a relação entre essas ações regionais acometidas no contexto da Operação Condor, e os objetivos delineados pela Grande Estratégia brasileira para responder a pergunta-problema “Como o Brasil implementou ações de Grande Estratégia durante a Operação Condor (1975-1985)?”. A pesquisa está alinhada com a hipótese de que o envolvimento do Brasil na operação era parte da GE do país para se lançar enquanto potência sub-regional.

Nesse sentido tem-se como objetivo geral: analisar como o Brasil aplicou ações de Grande Estratégia ligadas ao plano Brasil Potência durante sua atuação na Operação Condor. Sendo seus objetivos específicos: Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre os estudos de Grande Estratégia e como se dá o seu desenvolvimento por Potências Médias; Conceituar o plano "Brasil Potência" e avaliar a sua relação com as ações de Grande Estratégia no período da Operação Condor e Examinar as estratégias adotadas pelo Brasil para equilibrar sua participação na Operação Condor com sua busca por uma projeção de potência sub-regional.

As produções voltadas para a Grande Estratégia no Brasil (Barcellos, 2016; Alsina Jr, 2018; Kassab, 2018; Milani, Nery, 2019; Carvalho, 2021; Alves, 2022) tendem a assumir um caráter doutrinário, no sentido de delimitar uma política externa focada em corrigir as vulnerabilidades internas impostas pelo sistema. Apesar disso, não se distanciam da influência perpetrada pelas próprias Grandes Potências, nos momentos históricos correspondentes em que foram produzidas. (Freitas, 2004, p. 12)

O projeto Brasil-Potência de Meira Mattos é um dos principais expoentes desse pensamento, e junto com a Doutrina de Segurança Nacional, formulada por Golbery do Couto e Silva, em sua obra Geopolítica do Brasil, (1967) ditou as ações políticas e militares do Brasil, entre as décadas de 60 e 70. Segundo esse pensamento, o país tinha plenas condições de se estabelecer como uma hegemonia regional e uma potência global ao aplicar os recursos disponíveis naquele momento (Freitas, 2004).

O Brasil-Potência iria depender das ações de política externa, dos meios aplicados nas capacidades dispostas. Esse projeto estava programado para atingir seu auge durante o período Geisel (1974-79) e tinha data limite de execução no ano 2000. Em relação ao âmbito regional, ainda, cabia ao Brasil a responsabilidade de garantir a segurança regional e Atlântica inclusive até a faixa africana, a qual, para Mattos, representa o limite da segurança brasileira e é uma área geoestratégica para o bloco ocidental. (Freitas, 2004)

Outro ponto importante na análise proposta é a Operação Condor. Foi um processo de colaboração entre os países do Cone Sul, visando controlar e reprimir aqueles que se opunham aos regimes ditatoriais apoiados pela extrema direita e pelos Estados Unidos, que se estabeleceram na região a partir da década de 1960. Esses Estados compartilhavam ações como a limitação das liberdades individuais, a perseguição de dissidentes políticos e a luta contra o avanço do comunismo na área. Neste contexto, nações do Cone Sul, como Brasil, Uruguai, Argentina, Peru, Bolívia e Chile, colaboraram tanto militarmente quanto ideologicamente com agências norte-americanas, como a CIA e o FBI, na luta contra esse inimigo internacional. (Scaliante, 2010)

O Brasil teve uma participação importante na criação e sistematização do organismo através da sua experiência no sistema de repressão de militantes e guerrilheiros desfavoráveis ao regime ditatorial, fornecendo modelos de documentações e ainda contribuindo para o fortalecimento das redes de comunicações (Braga, 2013). Além disso, a DSN importada dos EUA e adaptada por Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra (ESG), deu as bases para a legitimação desse conflito extraterritorial de perseguição a quaisquer forças comunistas no hemisfério sul. (Cassol, 2008)

Devido ao sucesso do Brasil na supressão de movimentos revolucionários e na manutenção de uma ditadura por um período mais longo do que seus países vizinhos, o país se destacou como um modelo de referência. Ele exportou métodos de repressão contra a subversão e técnicas de tortura para seus aliados na Operação (Souza, 2011, p. 11). A exemplo disso, estão os cursos formativos oferecidos nas escolas militares utilizando como uma das bases o manual brasileiro Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo, de 1962, assinado pelo Estado Maior do Exército brasileiro e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), criado em Manaus, que oferecia treinamento militar especializado para o Brasil e países da região (Ferreira, 2020, p. 45).

Uma dimensão importante da GE de uma potência média consiste nas coalizões regionais que o país estabelece (enquanto os investimentos em defesa e as estratégias política externa econômica são as outras duas (Carvalho, 2021). Nesse âmbito, o estudo avalia as implicações das ações brasileiras na Operação Condor em suas relações bilaterais e multilaterais, considerando como tais ações moldaram sua imagem internacional e sua posição como potência sub-regional na América do Sul. Outro ponto importante a ser analisado consiste na identificação de tensões e contradições entre a ação realizada pelo país na Operação Condor e sua busca por uma imagem de potência sub-regional.

Entre o final da década de 60 e o início dos anos 70, o Brasil começou a atenuar o seu alinhamento automático com os Estados Unidos e buscou posições de influência regional, além de maiores conexões com seus vizinhos. Nesse mesmo momento, governos considerados alinhados à ideologia comunista ganharam espaço em países do Cone Sul,

como foi o caso de Salvador Allende, que governou o Chile por pouco menos de três anos após vencer as eleições em 1970 como candidato pela Unidade Popular (UP) em 1973. O Brasil, influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional e, mais tarde, pelo o plano Brasil-Potência, iniciou um processo de interferência no contexto político e militar desses países na intenção de garantir a segurança regional e, por conseguinte a sua própria, além de galgar espaço de influência política nesse ambiente entendido como estratégico (Alaggio, 2006 p. 14-5; 215; Freitas, 2014; McSherry, 2015, p. 67,84, 89).

A relação estabelecida com os Estados Unidos e o alinhamento histórico da sua política externa com ideologias norte-americanas, estimulou o entendimento do Brasil como um canal de ligação inicial entre os interesses estadunidenses e os países do Cone Sul. Esse fator contribuiu para as ideias em formação no estudo da geopolítica brasileira, encabeçada dentro da Escola Superior de Guerra, e dos planos estratégicos ligados à projeção do país como uma potência sub-regional que se pretendia global.

A Teoria dos Círculos Concêntricos, idealizada nessa época dentro da Escola Superior da Marinha Naval, estabeleceu uma hierarquia de prioridades em que a "Bacia do Prata" era o primeiro foco, seguido pela América do Sul, depois pelo Hemisfério e, por fim, pelo Ocidente. No contexto da Operação Condor, a ênfase estava na proteção contra a influência das ideias comunistas, em vez de uma postura de contra-ataque. Isso se revelou fundamental para o estabelecimento das ditaduras na América do Sul e da própria operação, especialmente considerando a influência do Brasil nesse sistema (Martins, 1975; Sion, 2015).

Ainda levando em consideração o papel brasileiro na institucionalização da Operação Condor no Cone Sul, destaca-se a sua contribuição para a queda dos governos democráticos durante a década de 70. O Brasil atuou em parceria com os Estados Unidos para a derrocada dos governos taxados como subversivos e na constituição de ditaduras alinhadas ao bloco ocidental no lugar (Gil Silva, 2010, p. 02).

Evidencia-se a intervenção do Brasil em dois casos principais: o golpe militar no Uruguai e o golpe militar no Chile, ocorridos em 1973.A participação nesses golpes estava na mesma categoria da decisão do Brasil de não assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, que entrou em vigor em 1970 e tinha como objetivo impedir a disseminação de armas nucleares, com o intuito de investir no desenvolvimento de energia nuclear, e da expansão da zona de influência a partir da “Fronteira Leste” (África Ocidental), ou seja, uma conexão política e econômica com os países do terceiro mundo que emergiram no Sistema Internacional. Essas ações eram fruto do paradigma desenvolvimentista da PEB, com medidas mais independentes em relação aos interesses estadunidenses, retomando a tentativa da PEI iniciada em Quadros e que só alcançaria o seu auge no governo Geisel (1974-79) (Moniz Bandeira, 2013, p. 406-410).

Apesar de convergir com os interesses dos Estados Unidos para a região naquele momento, a intervenção do Brasil na implementação desses regimes militares nos países do Cone Sul era auto-interessada, cujas raízes ideológicas não só advinham da DSN, mas também se alinhavam à necessidade do governo Médici de se diferenciar de países do Terceiro Mundo e buscar reconhecimento enquanto potência emergente de crescente influência regional.(Moniz Bandeira, 2013, p. 413, p. 469).

Mais uma vez, a importante conexão política do Brasil com os países do Cone Sul demonstrou a influência do pensamento geopolítico brasileiro da época, voltado para a expansão como uma potência sub-regional. Dentro do processo de estabelecimento e atuação na Operação Condor, ainda que não haja comprovação direta de ligação, fica clara a relação causal desses e da PEB, objetivando a projeção de poder sub-regional e a evolução do Brasil na hierarquia do SI com o aprofundamento das relações entre os países do Cone Sul.

Em relação ao aporte metodológico, em um primeiro momento está sendo realizada uma revisão sistemática da literatura voltada para o levantamento, leitura e reflexão de trabalhos produzidos na interface entre as categorias Grande Estratégias, Potências Médias, Brasil, Operação Condor, de modo que resultem em aprofundamento de análises e reflexões acerca de Grande Estratégia, Potências Médias dentro do contexto histórico da Operação Condor (Galvão; Ricarte, 2019; Nascimento, 2008). Num segundo momento, através do levantamento de fontes primárias, documentos e registros, e fontes secundárias, livros, artigos, teses e dissertações relacionados à Operação Condor, pretende-se realizar uma análise sobre o período proposto e a atuação do Brasil neste período. Por fim, será feito um estudo comparativo entre os conceitos estabelecidos de GE aplicadas por Potências Médias com as ações brasileiras analisadas no recorte pré-definido.

Para a revisão sistemática, com a definição prévia da pergunta orientadora da pesquisa foram definidos os seguintes critérios de inclusão ou exclusão de literatura inicialmente: as palavras-chave Grande Estratégia; Potências Médias; Grande Estratégia do Brasil acrescidas também do operador booleano *AND*. A pesquisa de fontes está utilizando o software *Harzing's Publish or Perish* e os bancos de dados do *Google Scholar* e *Scopus*. Sempre usando o protocolo PRISMA para seleção final dessas fontes.

Para o estudo documental, os dados a serem buscados para a análise serão: documentos históricos e diplomáticos, discursos oficiais, relatórios e documentos desclassificados de agências de inteligência e polícias do exército, como a CIA e DINA, que estejam ligados à Operação Condor e a participação brasileira. Além de projetos ligados ao DSN e ao projeto "Brasil Potência", produzidos nas escolas militares na América Latina, incluindo o próprio documento Brasil Potência de Meira Mattos. Tais informações serão coletadas a partir de fontes primárias e secundárias obtidas em plataformas de acesso à

livros e periódicos como o *Google Scholar*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *SCIELO*, sites governamentais como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, e o site do Ministério das Relações Exteriores. Além do acesso físico a fontes primárias nessas bibliotecas públicas de instituições como a ECEME e a Biblioteca Nacional.

A partir desses dados levantados, será então feito um estudo comparativo entre as ações específicas tomadas pelo governo brasileiro, como apoio a regimes militares, compartilhamento de informações e coordenação de operações ligadas à Condor, e aos objetivos do plano "Brasil Potência" com os critérios definidos para a Grande Estratégia de Potências Médias e brasileira, para fins de confirmação ou não da hipótese pressuposta de que houve conciliação entre os dois processos. Por se encontrar ainda em um momento inicial, de levantamento dos dados e realização da revisão sistemática da literatura, a presente pesquisa tem análises incipientes e não tem como apresentar os resultados encontrados, espera-se que no momento de apresentação do trabalho individual apresentar um panorama já mais avançado.

**Palavras-Chave:** Grande Estratégia; Brasil; Potências Médias; Operação Condor

## INTRODUÇÃO

A revisão sistemática da literatura (RSL) emprega uma série de critérios na escolha das produções a serem analisadas na intenção de diminuir o viés de análise ou inferências tendenciosas. Nesse sentido, a RSL promove um mapeamento do estado da arte de determinado campo ou conceito e traz uma análise desse corpo documental produzido, sendo central o compartilhamento dos protocolos e estratégias utilizadas para garantir a replicabilidade do processo (Alves; Figueiredo; Santos, 2022).

Para iniciar a RSL recomenda-se a sequência do seguinte protocolo: definição do título e pergunta de pesquisa; definição de método de pesquisa e armazenamento de literatura; definição dos criterios de exclusao e inclusao dos artigos a serem usados; estratégias para coleta e extração de dados dos artigos triados e por fim definição de abordagens para sintetizar e analisar os resultados obtidos (Ridley, 2012).

Nesse contexto, o presente artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura, advinda de um recorte de um trabalho de dissertação de mestrado, que possui como pergunta central: Como o Brasil implementou ações de Grande Estratégia durante a Operação Condor (1969-1985)? E um dos seus objetivos específicos é justamente: realizar uma RSL sobre os estudos de Grande Estratégia. O intuito é utilizar a RSL como método de coleta de dados e analisar o estado da arte dos estudos de Grande Estratégia, e a partir disso identificar onde as discussões sobre Grande Estratégia brasileira (objeto de análise da dissertação) se encaixam nesse âmbito.

Como representa o recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, este artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira se dedica a explicar o processo metodológico de coleta e análise dos dados da RSL, bem como os resultados obtidos e suas categorizações derivadas. Posteriormente, há uma meta-análise das contribuições teóricas dos artigos selecionados pelos critérios da RSL e algumas obras de literatura cinza incluídas pela sua importância ao debate. O intuito é posicionar os estudos de Grande Estratégia nesse momento, quais suas limitações e onde se encaixam os estudos da GE brasileira realizada no contexto completo da dissertação.

**RSL: ROTEIRO E TRIAGEM**

Para realização da busca de literatura foram utilizados dois conjuntos de palavras-chave “grande estratégia” e “grand strategy" combinadas com o operador booleano OR. Inicialmente, havia a pretensão de incluir também o conjunto ˜potências médias˜ mas após uma busca inicial em três bancos de dados (*Scopus, Redalyc e Scielo*) verificou-se o baixo volume de resultados (cerca de 10 juntados os 3 repositórios) e para dar prosseguimento ao método, manteve-se apenas o conjunto referente a Grande Estratégia, nas duas línguas de interesse, inglês (como língua de maior alcance e publicações) e português (por haver o interesse em possíveis estudos sobre GE brasileira e/ou feita por pesquisadores brasileiros).

O banco de dados escolhido foi o *Scopus* por concentrar revistas de grande relevância e alcance nas áreas de estudos abrangidos e sua aderência ao ranking Scimago de classificação. Para coleta no Scopus, foi utilizado o software de buscas *Publish or Perish* e gerada uma planilha em Excel, na qual foi feito o processo de triagem e extração de dados. Foram filtrados trabalhos que citassem as palavras-chave em seu título, resumo, palavras-chave e/ou corpo do texto. Neste momento, não foi utilizado nenhum filtro de exclusão e obteve-se o limite máximo de resultados de busca do software, 200 resultados.

Em seguida foi feita uma busca para excluir os resultados duplicados por meio do Excel. Ao total foram identificados seis resultados repetidos e 194 passaram para o processo de triagem. No que se refere a triagem, foram definidos três critérios iniciais de inclusão e exclusão, respectivamente: exclusão de todos os resultados que não estivessem no formato de artigo; exclusão de todos os artigos que estivessem abaixo da classificação Q1 e Q2 do Ranking SJR (disponível no site do Scimago); exclusão dos artigos que não apresentaram discussão substantiva no título ou resumo. Por discussão substantiva entende-se aqui o debate do conceito de Grande Estratégia a nível teórico, mesmo que de forma pouco aprofundada.

Foi usado o seguinte sistema de código e cores para explicitar esses critérios:

**Tabela 1: Sistema de código e cores para inclusão e exclusão**

| COLOR CODING | |
|---|---|
| TIPO | Formato da Publicação |
| DS | Discussão Substantiva |
| SJR | Ranking SJR |

**Fonte: Produzido pelas autoras**

Em primeiro lugar, foi analisado o formato desses resultados a partir da classificação fornecida pelo *Publish or Perish,* filtrando na planilha todas as classificações que não eram artigos. Dos 194, 71 foram excluídos conforme esse critério e, portanto, 123 seguiram para a avaliação seguinte. Partiu-se então para a avaliação das revistas de cada artigo no ranking do Scimago. Verificou-se o ISSN fornecido pelo *Publish or Perish* de cada um dos textos e manteve-se apenas aqueles cuja revista possuía classificação Q1 e Q2. Desses, quatro não atenderam aos critérios estabelecidos, restando 119 artigos para a discussão substantiva.

Nesta etapa, buscou-se, primeiramente, nos títulos e resumos, quais artigos de fato se referiam ao estudo da GE, ou seja, além de citar Grande Estratégia propriamente, tinham como proposta, mesmo que no resumo, discutir teoricamente essa categoria. De 119 artigos, 66 foram aprovados de acordo com o último critério de exclusão.

Em seguida, no processo de extração de dados foi feita a leitura dos artigos selecionados e a coleta das informações: motivo da escolha; número de citações; autor(es); país de publicação; tema; título; classificação SJR; ano de publicação; revista de publicação; editora; DOI; ISSN; resumo; palavras-chave (se houvesse); resultados e limitações. Como a variável de interesse é discutir teoricamente Grande Estratégia, quais seus objetos de estudo e suas limitações; ao identificar artigos que não atendiam esse parâmetro já durante o processo de extração, uma nova exclusão foi feita. Dos 66 artigos selecionados, apesar de citarem no resumo a intenção de debater GE, a maioria trazia um viés prescritivo no corpo do texto, ou seja, buscava indicar a melhor forma de estabelecer uma Grande Estratégia ou o modelo mais adequado a certo contexto internacional, enquanto trazia pouca discussão teórica ou mesmo definição básica do conceito.

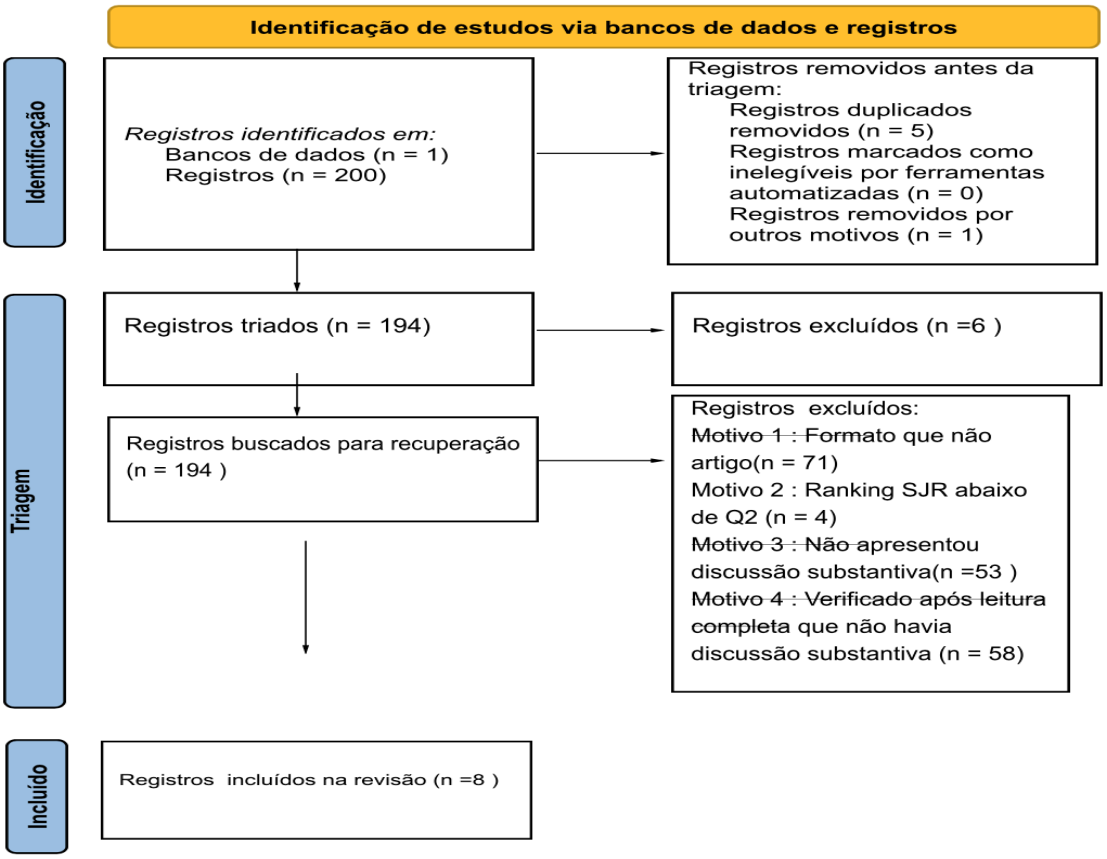
Dessa forma, dos 66 artigos aprovados, apenas 8 englobam a variável de interesse (discutir teoricamente Grande Estratégia, quais seus objetos de estudo e suas limitações) e, portanto, tiveram seus dados extraídos e análise feita na segunda parte deste artigo.Os artigos que atenderam, portanto, todos os critérios estabelecidos na RSL foram:

**Tabela 2: Resultado final de artigos triados da RSL**

| DOI | citações | Ano | país de publicacao |
|---|---|---|---|
| 10.1080/09636412.2017.1360073 | 86 | 2018 | UK |
| 10.1080/09636410903546426 | 57 | 2010 | UK |
| 10.1111/j.1468-5965.2009.02007.x | 96 | 2009 | UK |
| 10.1080/01402390.2017.1288109 | 24 | 2018 | UK |
| 10.1080/09636412.2018.1508631 | 26 | 2019 | UK |
| 10.1080/09636412.2014.1001198 | 95 | 2015 | UK |
| 10.1017/S0260210509990532 | 143 | 2010 | UK |
| 10.1093/cjip/pou032 | 45 | 2014 | UK |

**Fonte: produzido pelas autoras**

O fluxograma a seguir apresenta os resultados com base no protocolo desta revisão:




**Fonte: produzido pelas autoras com base no modelo de fluxograma do protocolo PRISMA (2020)**

## RESULTADOS OBTIDOS

A partir da triagem e leitura dos artigos excluídos nessa fase notou-se a presença massiva de artigos que apresentavam estudos de caso e tinham como objetivo final trazer

prescrições sobre a GE de determinado país, majoritariamente EUA, China e Reino Unido. Tal fato pode ser alinhado com a dificuldade em unificar um conceito de Grande Estratégia.

Como a maioria dos artigos trabalhados nesse espaço amostral não se dedica a delimitar o conceito que utiliza, suas classificações e objetos de análise, tem se a propagação de um efeito difuso e frágil teoricamente. Faz-se necessário um entendimento desse quadro também analisando outros formatos de publicação acadêmica para expandir a assertividade da análise, mas é possível afirmar que na discussão da variável de interesse desse trabalho, essa se mostrou a primeira limitação da pesquisa.

Em relação aos oito artigos finais analisados, focou-se em três aspectos principais nos dados recolhidos: objetivo geral; país de publicação; resultados e limitações (utilização do conceito). No que tange o primeiro aspecto, apenas metade traz exclusivamente a discussão teórica, tendo os outros focado em discutir a GE de um país ou bloco específico apesar de trazer no mínimo um tópico de discussão teórica em torno do conceito, o que promoveu contribuições relevantes à pesquisa. Contudo, mais uma vez, em outro espaço amostral, mais reduzido, apresenta-se a popularidade de discussões específicas de experiências únicas de GE e a fragilidade do conceito construído.

Apesar da discussão massiva da Grande Estratégia estadunidense, todos os artigos selecionados foram publicados no Reino Unido. Conclui-se que o centro das discussões sobre Grande Estratégia ainda é no seio das Grandes Potências. Ainda que não se debata a sua própria GE, trata-se sempre de outra Grande Potência, ou para alguns autores analisados aqui, da GE do hegemon do sistema internacional (EUA).

Por fim, tratando-se dos resultados e limitações, três dos quatro artigos que focaram do debate teórico propõem divisões e classificações de agendas de estudo dentro do emprego e análise de GEs, são eles o texto de Silove (2018); Miller (2010) e Balzacq; Dombrowski; Reich (2019). O artigo destoante foi o de Kitchen (2010), que observa a influência de fatores domésticos no processo de formulação de uma GE e propõe uma aderência teórica com o realismo neoclássico.

Dentre os outros quatro artigos que trazem estudos de caso e/ou trabalhos prescritivos, dois debatem também a influência de fatores domésticos no processo de formulação da GE e ainda incluem debates sobre a legitimidade dentro de um viés construtivista de análise; são os textos de Rogers (2009) e Goddard e Krebs (2015). Por fim, tem-se o artigo de Popescu (2018), que debate o processo de definição de objetivos e a disputa entre curto e longo prazo no campo da efetividade da GE e o artigo de Buzan (2014), que foca em analisar a GE chinesa e suas características contribuindo apenas com algumas reflexões ao conceito.

As contribuições teóricas desses artigos, suas limitações e o estado da arte do debate teórico de Grande estratégia serão vistos de maneira mais aprofundada no tópico

seguinte. A seguir compartilha-se o checklist do protocolo PRISMA e a planilha com o protocolo e resultados da RSL: **https://drive.google.com/drive/folders/1wiMftxDz__LZG1aYzMAx-BK8BncNJuiG?usp=drive_link**

## O CONCEITO DE GRANDE ESTRATÉGIA E SUAS LIMITAÇÕES

O uso do termo Grande Estratégia tem seu *boom* a partir do final da Guerra Fria. É no início da década de 90, que os estudos de segurança e o estudos estratégicos vão apresentar de maneira recorrente discussões sobre GE, para além da política externa de um país.O conceito atualmente coleciona definições e, por isso, levanta questionamentos em sua literatura, mas seguindo uma noção geral, a Grande Estratégia relaciona meios e fins não apenas do âmbito militar ou político, mas também econômico e social. Portanto, seu emprego envolve a integração de políticas que devem operar por décadas ou até séculos na busca dos objetivos finais que perpassam tempos tanto de paz quanto de guerra (Kitchen, 2010; Silove, 2017).

Devido a falta de clareza no conceito de Grande Estratégia, questionamentos quanto a sua relevância ou, até mesmo, existência frente a outros conceitos da área são constantes. Como a maioria dos trabalhos da área são prescritivos e direcionados para o estudo do caso estadunidense, existem três limitações principais nos debates de GE, são eles: o que de fato a define?  Quando o conceito cabe de ser empregado? Quais casos realmente se encaixam na análise dentro desse contexto? e a necessidade de expandir os estudos para uma óptica mais explicativa, para além da prescrição (Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

A partir da revisão de quatro textos basilares para o estudo de Grande Estratégia: *What Good Is Grand Strategy? Power and Purpose in American Statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush* (Brands, 2015)*; America Abroad: The United States' Global Role in the 21st Century* (Brooks; Wohlforth, 2016)*; The Evolution of Modern Grand Strategic Thought* (Milevski, 2016) e *Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy (Posen, 2014),* Balzacq; Dombrowski; Reich (2019) diferenciam duas tradições de pensamento nos estudos de Grande Estratégia: os classicistas e os internacionalistas. Os Classicistas entendem que a GE se direciona para o alcance do interesse nacional, mais precisamente, analisam como o aparato militar deve ser empregado para atingi-lo. Portanto, classicistas como Posen, enfatizam as capacidades militares na análise de Grande Estratégia e entendem o interesse nacional em um contexto de guerra e preparação para a guerra. Nesse sentido, há uma aproximação do conceito com os estudos contemporâneos de estratégia militar.

Em contrapartida, a tradição de Relações Internacionais expande o conceito no sentido temporal e substantivo. Os pensadores dessa tradição, consideram além da militar as capacidades econômicas, políticas e sociais na construção de uma Grande Estratégia. Ademais, a GE é vista como um conjunto de ações de curto prazo mas com objetivos de médio e longo prazo, ou seja, temporalmente sua escala de compreensão é longa e, por vezes, compreende mais de um governo, preferencialmente analisando uma conjuntura sistêmica específica, como a Guerra Fria, por exemplo. Por fim, esses acadêmicos diferenciam Grande Estratégia e Política Externa, no sentido de que aquela fornece o guia ou a estrutura que esta deve seguir. Hal Brands, Brooks e Wohlforth e Paul Kennedy são alguns dos representantes dessa tradição (Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

Apesar de suas diferenças de análise, ambas as tradições carregam problemas no entendimento e conceituação de Grande Estratégia. Por vezes, essa inconsistência se dá pela abordagem de fenômenos distintos, apenas classificados como grande estratégia mas não de fato incorporando características comuns do conceito. Ademais, como mencionado anteriormente, há uma inconsistência em definir o que caracteriza um caso de grande estratégia, devido ao hiperfoco no estudo dos EUA, subentende-se que a GE é limitada a Grandes Potências. Contudo, ao voltar ao cerne das preocupações de uma GE, sendo ele o interesse nacional, é possível entender que qualquer Estado, inclusive os pequenos, possuem escopo e preocupação suficientes para construir tal planejamento. A maioria dos trabalhos é dedicada à análise de casos e, apenas, os relacionam com o conceito, mas não se dedicam ao seu estudo como objetivo final ( Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

De acordo com Silove (2018), o problema da indefinição do termo ocorre devido a menção de três significados distintos usando a mesma nomenclatura. Ao se referir, portanto, a Grande Estratégia, os acadêmicos podem se referir às seguintes agendas: A Grande Estratégia como um plano; como um princípio ou como um comportamento. É o que Silove classifica como "Grandes Planos"; "Grandes Princípios" e "Grande Comportamento".

Aqueles que entendem Grande Estratégia como um plano, enxergam a construção deliberada de um planejamento detalhado por indivíduos. Em geral, essa noção é defendida por historiadores, em especial os militares, e tem como expoentes os pensamentos de Paul Kennedy (1991) e Liddell Hart (1967). Ambos transmitem a influência do pensamento estratégico de Clausewitz, expandido essa noção para os tempos de paz. Seguindo a lógica do grande plano, a GE tem o papel de coordenar e direcionar todos os recursos de uma nação em direção ao objetivo definido para ser atingido em longo prazo. É preciso então, alinhar todas as esferas políticas: militar, diplomática e econômica, detalhando seus meios de aplicação para alcançar objetivos de médio e curto prazo, que combinados se aproximam do objetivo final. Naturalmente, esse nível de detalhamento é expresso em um documento

escrito, como é o caso do National Security Strategy, documento estadunidense publicado a cada quatro anos, em geral, no início dos mandatos presidenciais (Silove, 2018).

Já os estudiosos que compartilham da ideia de Grande Estratégia como um princípio organizador a enxergam como um guia, sendo o princípio menos detalhado que um plano. Não há a necessidade de detalhar em um documento, e as ações são baseadas em uma ideia preexistente. Nesse sentido, considerando a GE como um princípio, é mais fácil identificá-la em diversos governos, já que não há necessidade de um documento comprobatório. Esse princípio geralmente é definido por um termo ou frase que sintetiza a doutrina a ser seguida, como é o caso da Grande Estratégia de contenção dos EUA em relação à URSS no período da Guerra Fria. Ademais, existe o foco na figura de grandes líderes e as suas políticas dentro dessa ideia central. Um problema dessa abordagem, é que a única diferença entre um princípio e um plano é o nível de detalhamento, levantando o questionamento se os conceitos são realmente distintos. Além disso, na ausência de um documento definindo as ações e os meios, a observação dos atores se torna complexa, para entender suas motivações.(Silove, 2018)

Por fim, Silove (2018) define o significado de uma GE ligada ao comportamento. Seguindo esse ponto de vista, o padrão no comportamento é, por si só, definidor de uma Grande Estratégia, não sendo necessário o detalhamento em um plano ou a elucidação de um princípio orientador. Há um debate se esse comportamento se origina ou não de um plano ou princípio, mas, de toda forma, há uma análise apenas do comportamento. Alguns autores ainda assinalam a importância da ação de agentes individuais na construção dessa GE.

Uma outra divisão, feita por Miller (2010), entende a Grande Estratégia de Grandes Potências distinta em relação aos objetivos de políticas de segurança e, em relação aos meios no emprego dessas políticas. Aqueles que se dividem em relação ao objetivo podem ter uma GE realista, quando as estratégias focam em balancear capacidades com os oponentes, ou uma GE ideológica, a qual foca em promover uma ideologia, tais como a democracia ou o livre mercado. Já aqueles que se dividem no sentido dos meios que adotam, tem-se a GE ofensiva e a defensiva. Aquela advoga em prol do uso massivo e unilateral da força militar, enquanto esta defende o uso mínimo e multilateral da mesma. Por multilateral entende-se uma coalizão capaz de impor constrangimentos institucionais efetivos, mesmo quando no hegemon (diferentemente do que ocorre no Conselho de Segurança da ONU).

Nesse contexto, existe uma sobreposição das divisões de meios e objetivos. Por exemplo, pode-se ter uma GE ideológica, que busca projetar uma noção específica, por meios defensivos ou ofensivos (com uso da força) ou uma GE realista que adota meios

defensivos ou ofensivos. A combinação dessas dimensões resulta em quatro tipos ideais de Grande Estratégia: realista ofensiva; realista defensiva; promotora de ideologia defensiva e promotora de ideologia ofensiva. A GE realista ofensiva disputa hegemonia e aplica o uso massivo e unilateral de força; a defensiva realista foca em maximizar a segurança por meio do balanceamento, da dissuasão e do uso multilateral de forças. A promotora de ideologia ofensiva enfatiza na mudança de regime pelo uso da força (como na imposição democrática comumente aplicada pelo ocidente). E, por fim, a GE promotora de ideologia defensiva foca em utilizar *soft power,* instituições e diplomacia para solucionar conflitos. Esses tipos ideais, contudo, foram pensados dentro da lógica de uma construção de GE por Grandes Potências (Miller, 2010).

Buzan (2014) estabelece quatro funções de uma Grande Estratégia: 1) estabelecer critérios de formulação parra política externa e segurança; 2) criar um ambiente estável e coerente para essas escolhas políticas; 3) legitimar essas políticas explicando-as à sociedade e 4) projetar uma imagem do país a nível externo (seja ela ofensiva, defensiva ou mesmo de manutenção de *status quo*). Além disso, uma GE pode ser avaliada por quatro parâmetros principais: custos, riscos, probabilidade de sucesso e moral, este último sendo condicionado aos padrões universais para ser avaliado.

Outrossim, em GEs focadas no crescimento (aqui no sentido de avançar na hierarquia sistêmica), Buzan e Cox apontam duas opções: ou a GE será voltada para o bélico ou para o crescimento pacifico. Nessa lógica, uma GE que se volta para o crescimento por meio de ações ofensivas prepara o Estado para uma Guerra hegemônica, algo que parece não aderir ao contexto sistêmico desde o século XX. Sendo assim, então, atualmente prevalece-se a GE focada em crescimento pacífico, a qual determina um processo de via dupla: o poder emergente se adequa as regras e estruturas presentes; e em paralelo outras Grandes Potências aderem a mudanças nessa estrutura para acomodar as novas configurações e status de poder que vão surgindo, caso por exemplo, da China contemporânea e da GE brasileira de 1969-85. (Buzan, 2014)

Ademais, para Buzan em países autocráticos apresenta-se a necessidade de balancear o poder do Estado como agente principal e a permissão de participação de parcelas civis, por meio de mecanismos como o *soft power, por* exemplo (Buzan, 2014). Ao seguir essa lógica entende-se que o processo de formulação de uma GE envolve sim, a definição de um interesse nacional por um líder, mas não apenas. Existem constrangimentos que advêm do contexto doméstico e não apenas no campo da aprovação ou legitimidade. Entende-se que há influência de vários grupos de interesse, tais como *policy makers*, lobistas, grupos sociais, grupos de empresários, etc. (Kitchen, 2010).

Segundo Kitchen (2010), por reunir uma cadeia extensa de recursos e sobressair-se mesmo ao fim dos tempos de guerra, a Grande Estratégia demanda um aprofundamento teórico dos conceitos empregados pelo neorrealismo. Isso, pois, a GE se debruça sobre as ações do estado não só no nível sistêmico, mas também envolve meios e ações de nível doméstico. Portanto, uma alternativa teórica para o entendimento do seu processo de formação pode estar no realismo neoclássico

Tal entendimento, não impede que realistas neoclássicos concordem com a ideia de identificação de ameaças e priorização de interesses dentro desse contexto geopolítico que é abordada pelo neorrealismo. Ou seja, a Grande Estratégia de um país resulta da junção de fatores exógenos e sistêmicos, considerações de poder e segurança, mas também de fatores culturais e ideológicos domésticos. Apesar da importância em considerar fatos empíricos para determinar uma ameaça, não se pode diminuir a relevância da percepção na construção dessa ideia. Mesmo que não haja capacidade ou intenção, ideias em relação à cultura, à ideologia e à história podem determinar um Estado como ameaça (Kitchen, 2010).

De forma complementar a essa ideia, Goddard e Krebs (2015) discutem a importância da legitimidade na construção e efetividade de uma Grande Estratégia. Por legitimidade, entende-se aqui a forma que atores políticos justificam suas ações frente a uma audiência na intenção de garantir a aprovação e suporte delas para tal. Isso se dá pois a legitimidade é central no processo de formação dos elementos constitutivos da GE: interesse nacional; priorização de ameaças; definição dos caminhos de vencer tais ameaças (aqui mais uma vez esclarece-se a possibilidade de médios e pequenos estados de identificar esses caminhos já que possuem também certas capacidades e recursos a seu dispor) e mobilização de recursos domésticos para emprego diplomático internacionalmente na busca por neutralizar oponentes.

Rogers (2009) aponta a importância do discurso político na construção de uma GE, ou seja, como os desafios e ameaças são definidos pelos atores e quais medidas são tomadas para lidar com tais questões. Nesse sentido a ideia de meios e fins, central para a construção de uma Grande Estratégia perpassa pela articulação de uma ideia por um agente hegemônico. Essa noção por si só, enfraquece o argumento de que apenas atores internacionais bastante militarizados podem possuir uma Grande Estratégia, já que a cultura de segurança de uma comunidade pode ser entendida como contexto para motivar a ação.

A noção de deslocamento define o momento em que uma estrutura é modificada e novas identidades são construídas por agentes centrais, podendo ou não advir de uma experiência traumática. Nesse momento, vários grupos de interesse vão surgir para tentar implementar uma visão universal, o mito. A partir da aceitação desse mito, uma lógica de iguais e diferentes se instala e um inimigo externo é definido. Isso implica que toda Grande

Estratégia que busca ser hegemônica se relaciona com a construção de um mito na intenção de moldar identidades e se conectar de forma aprofundada com a comunidade política. Um exemplo prático desse mecanismo pode ser o processo de securitização proposto pela Escola de Copenhagen (Rogers, 2009). Em suma, a definição de objetivos e a legitimidade destes por uma comunidade pode ser observada dentro dessa ótica de construção de discurso, a exemplo da GE dos EUA na Guerra Fria ou a própria GE do Brasil durante o período militar, que tinham conexão profunda com a construção da Doutrina de Segurança Nacional e o combate à subversão.

Apesar das categorias como deslocamento e legitimidade se aproximarem de recortes construtivistas e se afastarem do entendimento realista, é de comum acordo que hegemonias reduzidas apenas à coerção são mais custosas do que aquelas que cultivam a legitimação das regras que empregam globalmente. Nesse sentido, mesmo considerando que existam interesses privados e individuais por trás de uma GE, apenas uma estratégia baseada no interesse nacional pode ser facilmente legitimada e, portanto, entendida como algo a serviço de um bem estar nacional a longo prazo (Goddard; Krebs, 2015).

Além disso, ao identificar uma ameaça, a necessidade de legitimação é enfática, considerando que é impossível determinar a real intenção de um Estado. E ao lidar com a possibilidade de ataque é preciso controlar, em primeiro lugar, o âmbito regional e, por fim, o global. Nesse sentido, inferências são feitas acerca dos interesses dos Estados globalmente para, então, construir essas ameaças e buscar adesão doméstica a essa noção Em seguida, definindo as ameaças e os interesses parte-se para a seleção dos caminhos estratégicos para lidar com eles. Aqui, a lógica da legitimação reside na escolha ou não de certas ações com base na viabilidade de seu emprego, a nível de custos e de adesão pública ao investimento a ser feito. Dessa forma, os meios podem ser retirados da equação simplesmente por terem uma baixa chance de legitimação, mesmo que sejam efetivas e de baixo custo (Goddard; Krebs, 2015).

Finalmente, a legitimidade se mostra inerente ao processo de execução de uma Grande Estratégia, já que a concentração de recursos perpassa a mobilização do público doméstico. A conquista de aliados internos possibilita sustentar os objetivos no âmbito internacional de forma longínqua. Ademais, a legitimação do público internacional também se faz relevante, pois, o significado de eventos globais e do surgimento de novas estruturas não é atribuído de forma automática, precisa ser incluído nesse processo de aceitação (Goddard; Krebs, 2015).

Mesmo em governos não democráticos, a retórica de legitimidade se apresenta. É comum que, em uma burocracia, agentes (como o presidente) por vezes tomem atitudes sem justificar suas decisões, mas ao fazê-lo garantem a compreensão e ainda excluem

socialmente aqueles que escolhem não legitimar ou criticar tais ações. É o caso de indivíduos classificados como fanáticos ou irracionais. Além disso, verifica-se que em democracias de grande representação, a necessidade de explicação se faz igualmente opcional, desconstruindo o argumento de que apenas no modelo democrático a legitimidade atua como ponto de influência (Goddard; Krebs, 2015).

O ambiente doméstico também traz desafios. Tópicos como ideologia partidária e interesses econômicos específicos podem afetar diretamente a formulação de uma política externa e, em maior grau, de uma GE. Seguir uma agenda comum entre governos distintos (diferentes mandatos presidenciais) implica em uma concordância de interesses entre as elites domésticas. Em caso de ausência dessa comunhão, insistir no plano de longo prazo pode ser contraprodutivo, em face de mudanças governamentais extremas um planejamento flexível pode ter mais chance de atingir sucesso (Popescu, 2018).

Em relação à temporalidade conferida a Grande Estratégia, quando os objetivos e meios são definidos a longo prazo, torna-se mais difícil que Estados e seus agentes formuladores da GE prevejam o futuro do sistema internacional. Na Guerra Fria, entre as décadas de 40 e 90, era mais fácil formular previsões e, assim, definir objetivos e ações dentro do longo prazo. Hoje, muitos líderes e agentes consideram desvantajoso investir numa GE de forma bem sucedida (Popescu, 2018).

Levanta-se, portanto, a discussão do emprego de ações de curto prazo na GE, seus custos e benefícios para um *policy maker*. O fato é que essa discussão que se apresenta hoje em grandes potências já é central em estados médios e pequenos, considerando que as interferências sistêmicas e domésticas são mais intensas, portanto o longo termo mais suscetível às instabilidades. Pensar a GE dentro não só do longo termo, mas a nível de governos, buscando um equilíbrio entre longo e curto prazo, é uma alternativa para essa questão.

Nota-se que os debates teóricos concentram-se no contexto de formulação e execução de Grande Estratégia por Grandes Potências. As divisões e classificações propostas mais recentemente, entretanto, por autores como Silove (2018) e Balzacq; Dombrowski; Reich (2019) englobam características mais amplas que ajudam a observar dinâmicas que se apresentam em potências médias e pequenos Estados. Além disso, contribuições trazidas pelo realismo neoclássico e pelo construtivismo, ajudam a colocar em órbita os constrangimentos também no âmbito doméstico no processo de construção da GE, fato que se torna ainda mais central em se tratando de estados menores. A maioria dos estudos ainda é de tom prescritivo, como por exemplo artigos que buscam indicar a melhor GE para os EUA no momento pós Guerra Fria, ou pós 2001, e trabalha vieses quase que arraigados à Grande Estratégia estadunidense. Contudo, novos fôlegos mostraram-se

possíveis na última década, apresentando potencial de fortalecimento nos estudos teóricos do campo.

Na tabela abaixo observa-se uma síntese das características comuns citadas pelos artigos analisados. Isso denota que, mesmo elástico, o conceito de GE apresenta agendas claras que podem ser seguidas na busca pela expansão dos estudos do campo de forma adaptada ao objeto de análise:

**Tabela 3: Síntese das características de GE por autor**

| Características / Autores | Tridimensional (política, militar, econômica) | Curto prazo | Longo prazo | Dimensão Doméstica | Legitimidade | Potências médias e Estados Fracos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| J. Rogers (2009) | | | | | x | x |
| B. Miller (2010) | x | | x | | | |
| N. Kitchen (2010) | x | | x | x | | |
| B. Buzan (2014) | | | | x | | x |
| S.E. Goddard; Krebs (2015) | | | | | x | |
| N. Silove (2018) | x | | x | | | x |
| I. Popescu (2018) | | x | | x | | |
| T. Balzacq; Dombrowski; Reich (2019) | x | | x | | | x |

**Fonte: produzida pelas autoras**

No caso deste trabalho, as características adotadas se aproximam da agenda empregada por Silove (2018); Buzan (2014) e Popescu (2018), principalmente. Credita-se a ideia de um conceito tridimensional trabalhado por Kennedy, e vai além, escolhendo dentre os três significados de Silove, a agenda dos Grandes Planos, já que enxerga a Grande Estratégia brasileira no período de 1969-85 claramente expressa em um documento escrito, o Plano Brasil Potência. E por fim, observa-se as peculiaridades de uma GE empregada por potências médias, tais como o curto prazo dos objetivos, as limitações domésticas no processo decisório e formulatório. É com essa ótica que se avança para a próxima etapa desta pesquisa.

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos pela revisão sistemática de literatura realizada neste artigo trazem luz às limitações e perspectivas futuras do campo de estudos sobre Grande Estratégia. Com base no protocolo empregado durante a revisão, encontrou-se como limitação principal há ainda dificuldade em acessar artigos produzidos no Norte Global a nível de grande relevância acadêmica, enquanto pesquisa realizada dentro de uma instituição periférica. Reitera-se portanto, a importância do estudo de conceitos tão naturais a Grandes Potências, como é o caso da Grande Estratégia, em países periféricos, em especial adotando casos de observação das próprias Potências Médias e Estados Pequenos na busca de enriquecer as discussões realizadas atualmente.

Como perspectiva futura de pesquisa, levando em consideração que esse trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, pretende-se empregar o mesmo protocolo de análise nos bancos de dados *Scielo* e *Redalyc.* O objetivo consiste em, primeiramente, aumentar o número de artigos aprovados na RSL e, consequentemente, enriquecer a discussão. E, em segundo lugar, verificar se há alguma diferença em relação ao país de publicação, à natureza da discussão e ao caso observado em repositórios que, normalmente, abrigam produções de países latinos, em especial do Brasil, país objeto de análise da dissertação.

No que se refere às discussões teóricas analisadas nos oito artigos resultantes do processo de RSL, comprova-se a escassez de estudos com enfoque na discussão teórica de Grande Estratégia conforme inferido no início da pesquisa. Apenas quatro dos oito analisados, debruçaram exclusivamente na tentativa de definir o que é Grande Estratégia; quais seus objetos de análise; qual o processo adequado de formulação e quais seus formuladores e como avaliar sua efetividade.

Contudo, mesmo com resultados ainda discretos, os debates teóricos que se apresentam contribuem de forma significativa para a discussão que pretende ser empregada na análise da Grande Estratégia brasileira durante a Operação Condor (1969-85), referenciado no seu documento de origem, o “Plano Brasil Potência", lançado durante o Governo Geisel (1974-1979). Por se tratar de um documento, enquadra-se na categoria de um grande plano, reconhecendo que, nesse momento da análise, a GE brasileira tinha seu planejamento definido e expresso no referido documento.

Em segundo lugar, por considerar a existência de uma Grande Estratégia mesmo em Potências Médias, concorre-se com os conceitos de meios e fins e sua relação com emprego de capacidades, empregados por Kennedy (1991), mas absorvido por boa parte dos artigos discutidos dentro da revisão sistemática. Por fim, percebe-se a influência do contexto doméstico e do constrangimento das elites no processo de formulação e aplicação da GE, além da importância da legitimidade mesmo em governos autocráticos (novamente o objeto de nossa análise).

Essas dinâmicas, quando incluídas na análise de uma GE, declaram a perspectiva das ações e objetivos de curto prazo, comumente escanteada nos estudos de GEs atuais. Entende-se, pois, a necessidade de aprofundar a análise desse âmbito da GE, especialmente pela pretensão de analisar uma Potência Média, que tende a enfrentar dificuldades de manutenção do planejamento de longo prazo em razão dos constrangimentos sistêmicos.

Como perspectiva futura, pretende-se ainda, após a expansão da RSL nos bancos de dados sugeridos, enquadrar os estudos sobre GE brasileira e propriamente analisar os

documentos referidos neste objeto: tanto o Plano Brasil Potência, e sua conexão enquanto planejamento com as características propostas de uma Grande estratégia de grandes planos aqui proposta. Quanto aos documentos primários em relação às ações do Brasil na Operação Condor, no intuito de fazer uma análise de congruência dos objetivos e meios propostos no plano brasileiro e tais ações empregadas. Para tal, está programada uma visita, em abril de 2025, à Biblioteca do Exército (BIBLIEx) – Casa do Barão de Loreto, localizada no Rio de Janeiro, RJ, para coleta de fontes primárias relacionadas com a Operação Condor e com o Plano Brasil Potência como próxima etapa da construção da dissertação que origina este artigo.

**Referências Bibliográficas**


ALAGGIO, Ricardo. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.:Universidade Estadual de Campinas, 18 dez. 2006.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Ensaios de Grande Estratégia brasileira**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ALVES, E. et al. **Como Fazer uma Revisão Sistemática da Literatura? Um Guia Prático em Governança Marinha.** Acesso em: 06 nov. /2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358594037_Como_Fazer_uma_Revisao_Sistematica_da_Literatura_Um_Guia_Pratico_em_Governanca_Marinha>.

BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. **Is Grand Strategy a Research Program? A Review Essay**. Security Studies, v. 28, n. 1, p. 58–86, 2019. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2018.1508631

BUZAN, B. **The Logic and Contradictions of "Peaceful Rise/Development" as China's Grand Strategy.** The Chinese Journal of International Politics, v. 7, n. 4, p. 381–420, 3 jun. 2014.Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://academic.oup.com/cjip/article/7/4/381/2365898

CARVALHO, A. **Middle powers' grand strategy**: **the case of Brazil from Cardoso to Lula.** 2021. 94f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021. p. 29-74.

CASSOL, G. **Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)**. repositorio.ufsm.br, 16 abr. 2008.

FERREIRA, Moisés Carlos. 2020. **Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Repres são entre Brasil e Argentina (1976-1980)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História Soci al.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

GIL SILVA, V. (2010). **O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul.** *Revista História Social*, (18), 177–196. Disponível em: < https://doi.org/10.53000/hs.vi18.357>. Acesso em: Acesso em: 10 nov. 2023.

GODDARD, S. E.; KREBS, R. R. **Rhetoric, Legitimation, and Grand Strategy.** Security Studies, v. 24, n. 1, p. 5–36, 2 jan. 2015. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636412.2014.1001198

KASSAB, Hanna Samir. **Grand strategies of weak states and great powers**. Springer, 2017.

KENNEDY, P. M. Grand strategies in war and peace. New Haven: Yale University Press, 1992.

KITCHEN, N. **Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation.** Review of International Studies, v. 36, n. 1, p. 117–143, jan. 2010. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/systemic-pressures-and-domestic-ideas-a-neoclassical-realist-model-of-grand-strategy-formation/E2DB12BFD2B50F898DCC4DA966177ED4

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74. **Es tudos CEBRAP,** no 12 de abril-junho, 1975, p. 55-98.

MCSHERRY, J. **Patrice. Predatory States**. [s.l.] Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MILLER, B. **Explaining Changes in U.S. Grand Strategy: 9/11, the Rise of Offensive Liberalism, and the War in Iraq.** Security Studies, v. 19, n. 1, p. 26–65, 26 fev. 2010. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636410903546426

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente (1950-1988). [s.l.] Editora José Olympio, 2013.

POPESCU, I. C. **Grand Strategy vs. Emergent Strategy in the conduct of foreign policy.** Journal of Strategic Studies, v. 41, n. 3, p. 438–460, 2018. Acesso em: 06 nov. /2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390.2017.1288109

RIDLEY, D. The literature review: A step-by-step guide for students. 2. ed. London: Sage, 2012.

ROGERS, J. **From "Civilian Power" to "Global Power": Explicating the European Union's "Grand Strategy" Through the Articulation of Discourse Theory**. JCMS: Journal of Common Market Studies, v. 47, n. 4, p. 831–862, set. 2009. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5965.2009.02007.x

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. **Políticas Coercitivas Da Operação Condor**. 2010. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC- SP. São Paulo, 2010.

SILOVE, N. **Beyond the Buzzword: The Three Meanings of "Grand Strategy".** Security Studies, v. 27, n. 1, p. 27–57, 2018. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2017.1360073

SION, Vitor Loureiro. **O Processo de Tomada de Decisão em Política Externa no Brasil entre 1964 E 1974 à Luz das Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional.** 2015. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santi ago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP). Belo Horizonte, 2015.

SOUZA. Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista Aedos UFRGS.** Num. 8, vol 3. Jan-Jun 2011.